

A pandemia do Corona vírus no Brasil: demanda emergencial de setores relacionados a saúde e impactos econômicos

Edson Paulo Domingues¹

Débora Freire Cardoso²

Aline Souza Magalhães³

Estamos diante de uma crise sem precedentes. Uma grave crise sanitária, que vem se juntar a situação já fragilizada de nossa economia e a vulnerabilidade latente das populações mais pobres e desatendidas do país. A pandemia tem efeitos potenciais sobre os mais idosos, as pessoas com condições de saúde preexistentes, os trabalhadores informais e com dificuldade de trabalhar em casa (como motoristas, entregadores, distribuidores, empregadas domésticas e de limpeza, trabalhadores do varejo, etc.), além das populações dos conglomerados, favelas e em condições precárias de vida, que dificilmente mantêm distanciamento social ou têm poucos recursos para se proteger do vírus. Segundo a ONU⁴, quase 40% da população mundial, ou 3 bilhões de pessoas, não contam sequer com as armas básicas para proteção: água potável e sabão. E isso se materializa no Brasil, país de brutal desigualdade social e regional, escancarando as condições de saúde e de saneamento básico no país⁵.

Não existe dilema entre salvar a economia ou salvar a vida de pessoas. Deve-se investir, gastar e influenciar a atividade econômica para salvar vidas e, ao mesmo tempo, recuperar a economia a partir de instrumentos que só o poder público possui, em especial o Governo Federal. Os setores de saúde, fármacos, produtos de limpeza e equipamentos médicos são essenciais nesse esforço.

A propagação do Corona vírus, no mundo, tem deflagrado uma carência emergencial por esses setores relacionados à saúde. No Brasil, não é diferente. A escassez de produtos de esterilização como álcool em gel, de máscaras de proteção inclusive para os profissionais de saúde, e, mais importante, de equipamentos médicos hospitalares, como macas, ventiladores e respiradores, que podem salvar inúmeras vidas, é um dos principais desafios da guerra contra a epidemia.

Assim, a necessidade de aumentar a disponibilidade de serviços de saúde, fármacos, produtos de limpeza e equipamentos médicos é eminente e deve ser um dos principais focos das ações governamentais. Chamamos estes setores de “emergenciais”. A mudança da produção em direção a estes setores, que alguns economistas denominam “reconversão produtiva”, já vem sendo planejada e incentivada em alguns países, ou mesmo ocorrendo por iniciativa própria de setores. Nos Estados

¹ Professor Associado no Cedeplar/UFMG.

² Professora Adjunta no Cedeplar/UFMG.

³ Professora Adjunta no Cedeplar/UFMG.

⁴ <https://www.unicef.org/press-releases/fact-sheet-handwashing-soap-critical-fight-against-coronavirus-out-reach-billions>

⁵ <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,o-drama-de-quem-nem-tem-agua-em-casa,70003237499>;
<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-20/moradores-de-rua-a-margem-da-prevencao-contra-a-covid-19-lavamos-as-maos-nas-pocas-quando-chove.html>

Unidos, por exemplo, a Ford norte-americana anunciou nesta terça (24/03/2020), uma parceria com a 3M e a GE Healthcare para aumentar a produção de respiradores e máscaras.

Possibilitar e garantir o aumento dessa produção emergencial, no atual contexto, requer gasto do poder público. Nas atuais circunstâncias, não há, ou, pelo menos não deveria haver, preocupações com o financiamento destes gastos, no curto prazo. Na situação pós-emergencial, a sociedade discutirá o financiamento destes dispêndios (maior endividamento, redução de gastos, aumento de tributos).

Além de salvar vidas, o aumento da produção desses setores teria efeitos de renda e emprego que geram manutenção ou ampliação da atividade produtiva, algo muito importante em uma conjuntura de crise/recessão. Importante para contrabalançar o efeito de setores que estão reduzindo a produção. Vale lembrar que esses setores continuam operando, ainda que em escala reduzida. Neste quesito, para a ampliação da produção, seria de extrema importância o controle rigoroso das condições de trabalho e segurança, para evitar propagação maior do vírus e adoecimento de pessoas.

Para contribuir com esse debate, estimamos um aumento de 10% na produção de 5 setores: saúde pública e privada, produtos farmacêuticos, artigos de limpeza e equipamentos médicos. Estes setores representaram cerca de 5% do PIB da economia brasileira em 2019.

A ampliação de 10% desses setores implica cerca de R\$ 60 bilhões (reais em 2020) de aumento nas requisições por essas atividades, ou seja, requereria um gasto de R\$ 60 bilhões do Governo. Adotamos a premissa de que a ampliação de cada um deles seja à mesma taxa (10%), mas os resultados podem ser usados para parametrizar outros cenários de aumento das atividades. Ademais, estamos supondo que os recursos entram liquidamente na economia no curto prazo. Como ressaltado, nos próximos anos os instrumentos de financiamentos mais adequados devem ser discutidos.

A partir de um modelo de simulação para a economia brasileira desenvolvido no NEMEA-Cedeplar, estimamos o impacto dessa demanda e produção adicional na economia brasileira.

Na Tabela 1, mostramos o impacto em agregados econômicos. A expansão do PIB dada uma injeção governamental nesses setores de R\$ 60 bi é de cerca de 0,8%, no emprego, de 1%, e, nas importações, de 0,6%. Como a estrutura do modelo é linear, os resultados podem ser escalonados: se o impulso nos setores emergenciais for o dobro (R\$ 120 bilhões), como se estima ser necessário, estes impactos agregados seriam duplicados.

Em termos de emprego, essa expansão equivaleria a 586 mil novas ocupações, o que seria equivalente a diminuir, a taxa de desemprego em 0,55 pontos percentuais (dos atuais 11,2% para 10,65%).

Tabela 1 - Impacto macroeconômico da elevação da demanda de setores emergenciais em 10%

Agregados econômicos	Var. %
PIB – var. %	0,79
Emprego – var. %	1,04
Importações – var. %	0,58

Fonte: Resultados das simulações do NEMEA-Cedeplar.

Os impactos setoriais repercutiriam em diversos setores, dado o encadeamento da estrutura produtiva da economia. Conforme a Tabela 2, verificamos o impacto indireto nos setores de comércio, transporte, serviços, eletricidade, químicos, etc. O que suavizaria os impactos negativos na atividade que já estão ocorrendo devido à paralisação de setores específicos. Ainda, suavizaria o potencial impacto recessivo que tem sido projetado para o corrente ano.

Tabela 2 - Impacto setorial da expansão de setores emergenciais em 10%

Setor	Var. R\$ milhões	var%
Saúde privada	26447	10,00
Saúde pública	20605	10,00
Comércio por atacado e varejo	8525	0,70
Produtos farmacêuticos	8300	11,36
Perfumaria, sabões e artigos de limpeza	4483	10,24
Transporte terrestre de carga	1785	0,61
Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	1765	0,77
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1725	0,26
Outros serviços administrativos	1423	1,02
Equipamentos de medida, teste e controle, ópticos e eletromédicos	1175	10,08
Eletricidade, gás e outras utilidades	1155	0,38
Publicidade e outros serviços técnicos	1115	0,81
Serviços de alimentação	972	0,37
Produtos de indústrias diversas	937	2,45
Artigos de plástico	583	0,68
Diesel – biodiesel	570	0,43
Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos	567	0,75
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	565	0,38
Serviços de arquitetura e engenharia	538	0,69
Outros produtos do refino do petróleo	532	0,30
Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel	525	0,78
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	520	0,62
Produtos químicos orgânicos	509	1,07
Telecomunicações, TV por assinatura e outros serviços relacionados	463	0,25
Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes	417	0,36
Petróleo, gás natural e serviços de apoio	389	0,20
Etanol e outros biocombustíveis	382	0,55
Produtos químicos diversos	375	1,28
Produtos químicos inorgânicos	371	1,01
Demais setores	1726	0,20
Total	89443	0,79

Fonte: Resultados das simulações do NEMEA-Cedeplar.

Assim, governos (Federal, estaduais e municipais) devem direcionar recursos extraordinários, urgentemente, de forma a expandir a capacidade de cuidado intensivo, ampliando a oferta de serviços ligados à saúde, ao mesmo tempo, que garanta medidas restritivas que promovam a desaceleração da velocidade do contágio para minimizar a demanda pelos serviços. Caso contrário, sobrecarregaremos todo o sistema, afetando não somente os pacientes portadores do COVID-19, mas, também, todos os demais.

Para além destes setores, pouco se vê, entre as medidas divulgadas, ações voltadas para as populações de conglomerados e favelas, e a garantia de mínimas condições de saneamento, que são medidas fundamentais para saúde pública. Gastos do governo direcionados a saneamento básico, mesmo que com alcance e resultado de mais longo prazo, inclusive sobre renda e emprego, devem estar na agenda emergencial e futura do governo. É questão de saúde pública e de cidadania.

Esta nota teve o objetivo de demonstrar que uma ação integrada e planejada do Governo no enfrentamento ao Covid-19 não requer a contraposição entre saúde e economia. Pelo contrário, a junção desses dois objetivos, isto é, salvar vidas e amenizar os impactos econômicos é essencial e só o Governo pode fazer isso. É urgente uma ação coordenada e estratégica do poder público, no Brasil, hoje. Salvar vidas é o que interessa nesse momento.